

PISANDO EM OVOS: SEGURANÇA E INSEGURANÇAS EM UMA ETNOGRAFIA URBANA

Fábio Leite de Carvalho¹

Resumo: Uma conversa de estudantes entreouvida no ônibus. Uma caminhada pelo centro de Florianópolis. Uma abordagem policial. A observação e descrição de eventos cotidianos são retalhos da cidade a ilustrar formulações teóricas próprias da Antropologia Urbana. O destaque maior é o aspecto da segurança. O texto vale-se de uma atividade exploratória curricular para se aproximar de um relato etnográfico. Narrado em primeira pessoa, também expõe as dúvidas que acometem o observador iniciante.

Palavras-chave: Antropologia Urbana. Segurança. Violência.

Abstract: A students' conversation overheard in the bus. A walk through Florianópolis downtown. A police approach. The observation and description of everyday events are fragments of the city that illustrate typical theoretical Urban Anthropology formulations. Safety is the most important aspect in this article. The text draws an exploratory curricular activity to get closer to an ethnographic report. The first person narrative also exposes doubts that affect the beginning observer.

Key words: Urban Anthropology. Safety. Violence.

¹ Jornalista graduado pela Universidade Federal de Juiz de Fora em 1995.

Florianópolis, sexta-feira, 5 de maio de 2017. A aula termina pouco antes de meio-dia e, às 12h05, entro no ônibus 185, partindo do *campus* da UFSC, no bairro Trindade. Há uma atividade curricular externa agendada para 14 horas. Trata-se de uma visita ao centro da cidade que, para mim, será exercício inaugural de abordagem antropológica: brevíssima incursão etnográfica urbana.

A partir de considerações teóricas de autores diversos, tenho definida a ideia de dirigir meu foco sobre a questão da segurança. Também pretendo eleger, durante a visita, policiais militares como interlocutores. Mas intuo que parte da minha atenção não deixará de observar outros aspectos que, com efeito, tornam complexa a análise da sociedade urbana.

Como tornar exótica a experiência banal de pegar um ônibus e depois caminhar pelo centro da cidade? Ou “transformar o familiar, o que já é (aparentemente) conhecido, em estranho, de forma a escapar à armadilha do senso comum”, de acordo com sugestão de Magnani (1992, p. 3)? Serei competente para conferir densidade à descrição “com exemplos transitórios de comportamento modelado”, conforme postulado por Geertz (1978, p. 20)? Saberei encadear os verbos ver e ouvir para escrever a resultante dessa equação, tal como o intitulado por Oliveira (1996, p. 13)?

Sigo de ônibus com destino ao Terminal Integrado do Centro, o TICEN. O trajeto de cerca de dez quilômetros será percorrido em pouco mais de 30 minutos. Todos viajamos sentados. A maioria dos passageiros é de jovens em torno de 20 anos. Dois rapazes com mochilas, apetrechos e trejeitos típicos de universitários, um negro e outro branco, sentam-se atrás de mim e conversam sobre jogos eletrônicos, festas, TV a cabo e também acerca do conteúdo de aulas. Não me apresento. Ouço a conversa.

O estudante branco fala de um caso de Direito Civil. Ele descreve a situação de saúde de uma criança que precisava de transplante de medula óssea, mas que esbarrou na garantia de liberdade religiosa de sua mãe, identificada como fiel da confissão Testemunha de Jeová², donde surgiu a

² As Testemunhas de Jeová não admitem determinados procedimentos médicos invasivos, tais como transfusões de sangue e transplantes. No site oficial, faz-se a referência doutrinária de que “tanto o Velho como o Novo Testamento claramente nos ordenam a nos abster de sangue (...) nós evitamos tomar sangue por qualquer via não só em obediência a Deus, mas também por respeito a ele como Dador da vida”. Disponível em

demanda judicial. “Coitada da criança”, comenta o estudante negro. O tom evidencia reprovação do comportamento daquela mãe, mas ambos compartilham conhecimento de valores que, aliás, também mereceram exame jurisdicionado em tribunal brasileiro.

Revela-se a “coexistência de diferentes estilos de vida e visões de mundo” (VELHO, 2005, p. 251), característica de sociedades complexas. Gilberto Velho (2005) anota um evento de possessão ocorrido em 1978, numa avenida de Copacabana, no Rio de Janeiro, para descrever entrelaçamentos sociais diversos. A incorporação do “preto velho” dura cerca de uma hora, tempo suficiente para o antropólogo observar o que se infla para logo em seguida desaparecer, bolha episódica a demonstrar a religião como elemento constitutivo da sociedade brasileira. O diálogo dos rapazes prossegue.

“Direito Penal é só quando o cara não tem mais jeito: ele fez uma merda”, resume o estudante branco, provavelmente aluno de Direito. Não será possível afirmar se seu colega negro, que emenda a conversa, cursa a mesma graduação.

- Qual é o que dá mais dinheiro?

- Com certeza, Direito Tributário.

- Por quê?

- Porque é para empresa, fechar acordo para Guaraná Jesus e Coca-Cola.

O estudante branco muito possivelmente refere-se ao planejamento tributário, prática jurídica de orientar pagamento de impostos pelo hábil manejo da complicadíssima legislação vigente no Brasil. Dito de outra forma: um modo de não pagar imposto, porém revestido de licitude. Ora, existem crimes contra a ordem tributária, mas o diálogo não os traz como casos típicos do Direito Penal - ou da área “quando o cara não tem mais jeito”. A pessoa jurídica que, por exemplo, comete o crime de sonegar impostos pode “fechar acordo”. Com orientação de escritórios de Direito Tributário, é possível até mesmo extinguir penas para responsáveis por crimes dessa natureza³.

<https://www.jw.org/pt/testemunhas-de-jeova/perguntas-frequentes/por-que-testemunhas-jeova-nao-transfusao-sangue/>. Acesso em 05/07/2017.

³ “Extingue-se a punibilidade dos crimes definidos na Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990 [define crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo, e dá outras providências], e na Lei nº 4.729, de 14 de julho de 1965 [define o crime de sonegação fiscal e dá outras providências], quando o agente promover o

“Com certeza”, nas palavras do estudante branco, é grande a diferença de remuneração média percebida pelo mal afamado “advogado de porta de cadeia” (boa parte de sua clientela será representada por defensores públicos por não poder sequer custear o pagamento de um advogado) e por escritórios com *expertise* em Direito Tributário. Imagine-se, *crème de la crème*, os valores pagos a advogados que contestam ações de cobrança junto ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais⁴ (Carf): em um único processo, julgado no dia 10 de abril de 2017 - pouco mais de um mês após o diálogo dos estudantes -, o banco Itaú deixou de pagar R\$ 25 bilhões em impostos.⁵

A viagem de ônibus continua e meu olhar é capturado por um prédio. No bairro Saco dos Limões, noto que o ônibus 185 contorna um terminal de integração sem nele entrar. É óbvio que o intento de planejadores de mobilidade urbana ali falhou. O prédio parece não ter nenhuma serventia, muito menos para a qual foi concebido. A questão remete a críticas sobre urbanistas, em geral, e a planejadores, em particular, cujos trabalhos parecem mais articulados a conceitos globais em evidência – de gerenciamento ou de gestão, assumindo de vez o jargão empresarial - do que com a demanda real, com o cotidiano de usuários de transporte público e a partir da experiência dos habitantes da cidade.

Chego, enfim, ao TICEN. Cruzo a avenida movimentada. Decido passar por dentro do Mercado Público. Há burburinho no pavilhão e os garçons dos diversos bares e restaurantes ali instalados andam por entre as mesas, ligeiros e com destreza, para servir a clientela acomodada em cadeiras sob o vão central. O relógio marca 12h42. É, pois, horário de almoço.

pagamento do tributo ou contribuição social, inclusive acessórios, antes do recebimento da denúncia”. É o que dispõe o art. 34 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, que altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como da contribuição social sobre o lucro líquido, e dá outras providências. Grifos do autor. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9249.htm. Acesso em 05/07/2017.

⁴ Oficialmente, a finalidade do Carf é “*julgar recursos (...) que versem sobre a aplicação da legislação referente a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil*”. Disponível em <http://idg.carf.fazenda.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/memoria-institucional>. Acesso em 5/07/2017.

⁵ MENGARDO, Bárbara. Reportagem sobre julgamento do processo Carf 16327.720680/2013-61 [Itaú Unibanco Holding *versus* Fazenda Nacional], publicada pelo jornal eletrônico JOTA em 10/04/2017. Disponível em <https://jota.info/tributario/itau-vence-processo-de-r-25-bilhoes-no-carf-10042017>. Acesso em 5/07/2017.

Quando o vagar de clientes potenciais - e eu pareço ser um deles - denuncia que não se decidiram por um ou outro estabelecimento, há uma cortesia mal dissimulada pelos atendentes. O propósito que subjaz é o da disputa. Há sorrisos, vocativos gentis, apresentação de menu falado e escrito, bem como exageros ou mentiras comerciais (“o melhor camarão da ilha”). É um balé. Se não é coreografado, também não é completamente improvisado. Há harmonia final.

Há regras não escritas, ditadas pela *conveniência*, na disputa por clientes potenciais. Não pode, por exemplo, o atendente do restaurante “A” me abordar enquanto passo em frente à lanchonete “B” – ainda que, em alguma mesa na área de “B”, o atendente de “A” esteja a servir um cliente. Desenvolve-se entre atendentes e garçons um jogo de aqui pode-aqui não pode.

É ao descrever o que se observa no bairro que Michel de Certeau *et al* (2003) desenvolve o conceito de *conveniência*. Se uma pessoa ali mora, pode não conhecer todos os vizinhos, pode nem cumprimentar todos que já viu. Mas há um sentido coletivo, um reconhecimento de determinados códigos, onde a postura e a conduta do próprio corpo são o suporte primeiro da mensagem: aqui não, ali sim. O conceito parece bastante útil para compreender o balé de atendentes no Mercado Público. Minúsculas repressões, transparências e opacidades no trato, certa economia social na escolha de palavras para, enfim, saber jogar o perde-ganha de clientes.

Ela [a *conveniência*] se encontra no lugar da lei, aquela que torna heterogêneo o campo social, proibindo que aí se distribua qualquer ordem (...). Ela reprime o que “não convém”, “o que não se faz”; ela mantém à distância, filtrando-os ou banindo-os, os sinais de comportamentos ilegíveis (...). A *conveniência* é simultaneamente o modo pelo qual se é percebido e o meio obrigatório de se permanecer submisso a ela: no fundo, ela exige que se evite toda dissonância no jogo dos comportamentos, e toda ruptura qualitativa na percepção do meio social. (CERTEAU *et al*, 2003, p. 49)

Saio do Mercado Público. Almoço. Caminho em direção à Catedral católica, ponto de encontro marcado para a já mencionada atividade curricular de visita ao centro. Passo por um grupo que se reúne em torno de uma mulher negra, artista de rua de vestido e turbante brancos. Ela toca tambor e canta

versos que evocam a religiosidade afro-brasileira. Espera oferta voluntária de dinheiro. Alguns espectadores têm as mãos no celular para registrar a cena, mas não nos bolsos para remunerá-la, enquanto transeuntes seguem absortos e parecem não vê-la ou ouvi-la. Já fui transeunte, já fotografei, já não contribuí financeiramente com artistas de rua, donde deveria eu também me ver ali. Mas há diferença de observá-los sem *ser* um deles. Talvez porque ali *estou* outro. O tambor e canto da artista me fazem pensar no transe do “preto velho”. Será que o antropólogo Velho baixou em mim?

Desde a saída do campus da UFSC, incluído o percurso percorrido a pé do TICEN até a Catedral, onde há intenso fluxo de pedestres, não percebo a presença de nenhum policial. São 13h18 e estou na Praça XV de Novembro. Defronte à escadaria da Catedral, vejo dois policiais militares no adro da igreja, ao alto. Observo sem me aproximar muito, como se um transeunte eu fosse. Os policiais ali estão: com farda, coldre, coturno; um deles usa colete à prova de balas. Que diabos está a se passar dentro da igreja para que os policiais ali estejam? Se em mim o Velho não baixou, parece que resolveu me ajudar.

Os policiais entram na Catedral e saem pouco tempo depois na companhia de um homem magro, aparentando meia idade, calvo, trajas simples: calça de moletom cinza e camisa listrada de cinza, verde, branco e preto, com mangas compridas. O homem fala – não o ouço - e gesticula. Os policiais estão à sua volta. Um outro homem, mais velho e mais bem vestido, observa de perto a abordagem, mas nela não interfere. Os policiais conduzem o senhor franzino até uma guarita da Polícia Militar, a poucos metros dali, às 13h24. Ele não oferece resistência. Sigo a observá-los à distância.

O homem fica cerca de cinco minutos dentro da guarita e de lá sai sozinho, mas parece não saber ao certo para onde ir. A escadaria da Catedral está à sua esquerda, porém ele agora segue à direita. Caminha cerca de 100 metros pelo ligeiro declive da Rua Fernando Machado. Muda de calçada. Atravessa a via sem muito cuidado com o tráfego de veículos. Fala sozinho, balança a cabeça, gesticula. Alguns transeuntes o olham de soslaio, a maioria o ignora. E, então, ele decide retornar. De volta à esquina da Praça XV de Novembro, segue à esquerda pela Rua dos Ilhéus. Vou atrás.

São 13h35. O homem entra na agência do Banco Bradesco. Também entro. Observo que ele tem um brinco discreto na orelha direita, usa um tênis *All Star* preto e meias da mesma cor. Está na fila dos caixas eletrônicos, logo após a porta de entrada. Tenta, sem sucesso, entabular conversa com outras pessoas da fila. Continua a falar consigo mesmo, ri sem reciprocidade, movimentando o corpo sem se deslocar. Tira um cartão do banco do bolso traseiro da calça, busca interagir com o segurança da agência, que é lacônico ao lhe indicar a fila. Mais próximo, noto que o homem tem o rosto marcado pelo sol, unhas roídas, sujas, e não tem os dentes pré-molares do lado direito da arcada superior. Retorna para a fila. Especulo ser pessoa com algum tipo de comprometimento psiquiátrico.

Nenhum dos demais usuários do banco lhe é hostil, mas todos fingem ignorar seu excessivo gesticular, conduta e postura corporal que ali não parecem *convenientes*. É dissonante, conforme assinala Certeau *et al* (2003), e seu corpo é o suporte primeiro de sua inconveniência. A fila anda, mas há mais a dizer sobre a atitude de quem nela está.

Georg Simmel (2005) - em seminal ensaio de Antropologia Urbana, originalmente publicado em 1903 - afirma não haver nenhum fenômeno anímico tão comum e incondicional à cidade grande como o que chamou de caráter *blasé*. Ante o excesso de estímulos da cidade, reduzem-se as expressões e variações qualitativas à métrica quantitativa, calculável e objetiva do dinheiro.

A incapacidade (...) de reagir aos novos estímulos como uma energia que lhes seja adequada é precisamente aquele caráter *blasé*, que na verdade se vê em todo filho da cidade grande, em comparação com as crianças de meios mais tranquilos e com menos variações (...). A essência do caráter *blasé* é o embotamento frente à distinção de coisas (...). Essa disposição anímica é o reflexo subjetivo fiel da economia monetária completamente difusa. (SIMMEL, 2005, p. 581)

Se entendermos qualquer sociedade como forma de interação entre indivíduos, ou modo de organização da experiência humana, torna-se inevitável compreender o aspecto relacional entre os diversos grupos de pessoas. Assim, a sociedade seria o processo geral e os processos particulares de associação, onde todos os indivíduos, além de interagirem entre si, constituem uma unidade e disso estão conscientes. (SIMMEL *apud* FRÚGOLI JÚNIOR, 2007)

Ao passo que o caráter *blasé* embota a distinção de coisas, dadas as quantidades e diversidades da sociedade urbana, seus habitantes adotam atitude de *reserva* na interação com outros sujeitos, tornados impessoais ou anônimos (SIMMEL, 2005). Os atores sociais que estão na fila do caixa eletrônico e interagem com *reserva*, em alguma medida, garantem sua própria experiência urbana. Muitos, Simmel inclusive, já comentaram sobre o clichê segundo o qual em “nenhum lugar alguém se sente tão solitário e abandonado como precisamente na multidão da cidade grande” (SIMMEL, 2005, p. 585). A *reserva* seria, portanto, um mecanismo a não permitir cairmos em um estado completamente anímico, atomizado, pois seria inimaginável ter tantas reações interiores no contato com sujeitos e estímulos externos em profusão.

Quando chega a sua vez, o homem não se entende com o caixa eletrônico. Uma funcionária do banco aproxima-se para auxiliá-lo. Sem êxito. Ela o orienta a buscar um caixa com atendimento pessoal em recinto adjacente. Retira uma senha e pede para que ele aguarde ser chamado pelo painel eletrônico, mas antevê que o homem não conseguirá seguir sua orientação. Conversa com outro funcionário. Há cerca de 20 pessoas à espera de atendimento pessoal de escriturários: todas retiraram senha e aguardam sua vez. O funcionário decide dar preferência ao homem à revelia da ordem de chamada do painel eletrônico. Ninguém protesta.

O homem vai até o caixa, é atendido, mas não consegue sacar dinheiro. Deixa o balcão de atendimento. Anda em círculos e depois para diante de um corredor de acesso exclusivo a funcionários do banco. Olha em torno de si. Volta a mirar o corredor. Está a esperar não se sabe o quê. São 13h48. Decido abordá-lo e abandonar minha condição de observador. Muito possivelmente, eu teria a mesma *reserva* dos demais sujeitos do interior da agência bancária se não estivesse ocupado de incursionar pela sociedade urbana com enfoque na segurança. Aliás, eu sequer o teria seguido desde que foi retirado de dentro da igreja por policiais. Apresento-me a ele apenas com meu primeiro nome e pergunto se posso ajudá-lo.

V. (letra inicial de seu primeiro nome) tem 63 anos, nasceu no Estreito, bairro da parte continental de Florianópolis. Diz ter sido aposentado.

“Trabalhava em oficina, era borracheiro, pneu, né? Mas aí tive problema na mão”. Está no banco para sacar seu provento mensal. Há verossimilhança na informação. É início de mês, quando normalmente há crédito de benefício dessa natureza. O cartão magnético que ele tem na mão traz seu nome completo.

Ele olha insistentemente para o corredor de acesso exclusivo de funcionários e diz esperar ser chamado. Replico que não deve haver nenhum chamamento vindo daquele corredor para onde ele fixa o olhar. Pergunto se tem familiares em Florianópolis. *“Tenho duas filhas, mas me separei da mãe delas, porque ela só queria o meu dinheiro”*. Peço o número de telefone de uma de suas filhas. Ele pega o celular, mas o aparelho está sem bateria. V. não sabe o número.

Diz ser morador do bairro Agrônômica. Pergunto se tem dinheiro para voltar para casa. *“Tenho um dinheirinho”*. Quero saber se ele se sente bem e se tomou algum tipo de medicação naquele dia que poderia ser a causa de sua aparente dificuldade. Ele diz ter boa saúde, que já foi jogador de futebol titular do Flamengo, mas não se recorda ao certo do ano. Declaro-me flamenguista. *“Já joguei no Maracanã, não viu?”* - depois, fiz apuração incipiente acerca dessa informação, mas nada encontrei.

Informo que eu o observava há algum tempo, notei que não havia conseguido sacar no caixa eletrônico e nem no atendimento do escriturário. *“Eu não vim sacar tudo. Só uma parte”*. Vou além. Digo que o vi na rua. Pergunto o que houve dentro da Catedral, por que os policiais o levaram para a guarita, o que conversaram lá dentro. Ele dá de ombros e contorce a boca sem nada verbalizar. Olha para o corredor.

São 13h58. Falo que tenho compromisso marcado para 14 horas e que preciso sair. Estendo-lhe a mão para me despedir. V. chora. Leva as mãos ao rosto e chora. Seu pranto é alto e ecoa pela agência. O segurança o observa de uma espécie de púlpito, plataforma elevada, mas permanece imóvel. Tento acalmá-lo. Um funcionário das mesas de atendimento se aproxima e eu lhe participo a circunstância havida dentro do banco. V. é conduzido para uma área reservada da agência – não segue pelo corredor que ele tanto olhava. Saio do banco. Vou para a Catedral.

Ainda que o Velho não tenha baixado em mim, torno a ele para agradecer a eventual tentativa de interceder e me ajudar. “Quando um antropólogo faz uma etnografia, uma de suas tarefas mais difíceis, como sabemos, ao narrar um evento, é transmitir o *clima*, o *tom*, do que está descrevendo” (VELHO, 2005, p. 251). Pisando em ovos, é previsível que inseguranças me acometam num exercício inaugural de abordagem antropológica. O esforço para descrever em minúcia um evento torna mais caudalosa, quiçá fastidiosa, a descrição, mas tem a vantagem de expor o clima, o tom, com mais força de demonstração e de contraste.

O episódio descrito também desafia postulados concebidos *a priori* e insere paradoxos. Se o homem recebeu ajuda com alguma valia, paradoxalmente, teria sido dentro de um templo do capital, uma agência bancária, símbolo mais fiel da economia monetária que reduz o valor de todas as qualidades à quantidade mensurável em dinheiro (SIMMEL, 2005), mas não dentro do templo religioso, cujas disposições doutrinárias sustentam o contrário⁶. Ou ainda, mais especificamente, dentro do tipo de empresa que contesta ações de cobrança de impostos para enriquecer a si e aos escritórios especializados em Direito Tributário.

São 14h03. Na escadaria da Catedral, vários alunos já chegaram e a professora Alicia Castells⁷ aproveita para explicar o tipo de herança arquitetônica colonial desenhada na Praça XV de Novembro: no seu entorno, sempre estão o prédio sede de governo e também a “delegacia de Polícia”. Em posição de destaque, está a Catedral católica – de onde, antes de haver aterro, enxergava-se o mar da ilha de Florianópolis. Mas o tempo passa. A antiga sede de governo é atualmente o Palácio Cruz e Sousa, endereço do Museu Histórico de Santa Catarina, e o prédio da antiga Casa de Câmara e Cadeia está em reforma para abrigar o Museu de Florianópolis. Hoje quem está no adro da igreja

⁶ “*Bem-aventurados os pobres de espírito, porque deles é o Reino dos céus*”, conforme disposto na Bíblia católica, evangelho de São Mateus, capítulo 5, versículo 3. Disponível em https://www.bibliaon.com/versiculo/mateus_5_3/. Acesso em 5/7/2017. “*De fato, é mais fácil passar um camelo pelo fundo de uma agulha do que um rico entrar no Reino de Deus*”, conforme disposto na Bíblia católica, evangelho de São Lucas, capítulo 18, versículo 25. Disponível em https://www.bibliaon.com/versiculo/lucas_18_25/. Acesso em 5/07/2017.

⁷ Alicia Norma Gonzálles de Castells é professora doutora da Universidade Federal de Santa Catarina. Currículo Lattes disponível em <http://lattes.cnpq.br/1701559439859301>. Acesso em 5/07/2017.

não mais vê o mar, mas pode avistar um edifício-garagem dotado de soluções tecnológicas que dispensam o trabalho humano.

A professora também comenta sobre a frequência de indivíduos na praça. Há barraquinhas desmontáveis, instaladas para formar uma pequena feira de artesanato, e as pessoas caminham com aparente tranquilidade por ali. Uma mulher permite que uma criança com cerca de cinco anos de idade, possivelmente seu filho, siga a alguns metros de distância de si, correndo em pequena estripulia, em vez de mantê-lo junto a ela, agarrado pela mão. Um grupo entre 40 e 50 homens, muitos deles sexagenários, tem costume de ficar ao redor da guarita da Polícia Militar. Reunidos em mesas para até quatro pessoas, jogam cartas e dominó. Concentrados, sem algazarra, parecem levar sua atividade muito a sério.

"Mas aqui é completamente diferente durante a noite e nos finais de semana", salienta a professora. Ermas e com o comércio fechado, as ruas do centro da cidade e também a praça não parecem tão seguras como numa tarde comum de sexta-feira. Alicia informa residir não muito distante dali. Aos domingos, todavia, ela diz renunciar ao desejo de ir até a Catedral para acompanhar de perto o toque dos sinos da igreja: apesar de gostar da música, não se sente segura para contemplá-la na praça.

Começamos a caminhar. Eu não acompanho o grupo por muito tempo. Vou apenas até a guarita da Polícia Militar, a poucos metros, onde pretendo conversar com policiais sobre segurança. Na esquina da Praça XV de Novembro com a Rua dos Ihéus, em frente à guarita, uma placa informa que o local é monitorado por câmeras de vigilância. Um *panóptico* eletrônico?

O *panóptico* é conceito originalmente arquitetônico que, em alguma medida, repercute, inspira ou é citado em obras de vários pensadores do século XX, a exemplo de Michel Foucault⁸, Gilles Deleuze⁹ e Zygmunt Bauman (2003, p. 35). Sua concepção primeira foi formulada pelo inglês Jeremy Bentham (2008) ao final do século XVIII.

⁸ Refiro-me ao livro *Vigiar e Punir* (FOUCAULT, Michel). Petrópolis, Vozes, 1998.

⁹ Refiro-me ao livro *Conversações* (DELEUZE, Gilles). São Paulo, Ed. 34, 1992.

Tal como disposto em uma série de escritos e cartas de Bentham (2008), o modelo *panóptico* poderia servir a escolas, hospitais e manicômios, um modo de manter certos grupos de indivíduos sob vigilância com pouca dispensa de recursos. O *panóptico* vê todo mundo, mas quem é visto não sabe se está sendo observado, além de não ter contato entre si.

O contexto do autor é Londres. Em 1800, sabe-se que a capital inglesa foi a primeira cidade do mundo a somar um milhão de habitantes. Não é difícil supor que empregar recursos de modo eficaz, ou com viés utilitarista, tenha sido a inspiração de Bentham (2008). Também porque o próprio criador assim destacou, adotar o *panóptico* em presídios ou penitenciárias, mantendo os cativos ou internos sob permanente vigilância, tornou-se a mais saliente das propostas.

O edifício é circular. Os apartamentos dos prisioneiros ocupam a circunferência. Você pode chamá-los, se quiser, de celas. Essas celas são separadas entre si e os prisioneiros, dessa forma, impedidos de qualquer comunicação entre eles, por partições, na forma de raios que saem da circunferência em relação ao centro (...). O apartamento do inspetor ocupa o centro: você pode chamá-lo, se quiser, de alojamento do inspetor. Será conveniente, na maioria dos casos, se não em todos, ter-se uma área ou um espaço vazio em toda volta, entre esse centro e essa circunferência. Você pode chamá-lo, se quiser, de área intermediária ou anular. (BENTHAM, 2008, p. 20-21).

As câmeras de vigilância eletrônica começaram a ser instaladas em ruas de cidades brasileiras entre o final do século XX e início do século XXI. Inicialmente apresentadas como solução tecnológica de segurança pública, recorrente promessa de investimento de candidatos em campanhas eleitorais, talvez seja um exagero afirmar que seu *poder panóptico* é um rotundo fracasso. Eventualmente, suas imagens auxiliam a investigação e persecução criminal. Mas o monitoramento eletrônico de ruas e praças não logrou êxito em promover sensação de segurança nos habitantes da cidade – e essa sensação não é imaginária, mas real. O testemunho da professora, que não se sente segura de ir até a Catedral aos domingos, sugere ser o *panóptico* eletrônico pouco capaz de difundir tal sensação.

Por volta de 14h40, entro na guarita da Polícia Militar. Identifico-me pelo nome e informo ser aluno de Antropologia Urbana da UFSC em uma atividade de campo. Sou inicialmente atendido por F. (letra inicial), 28 anos, soldado com cerca de um ano na corporação. Ele trabalha em viatura, normalmente na companhia de mais um policial. *“Hoje estamos em três, porque está faltando viatura”*. É lotado no 1º Batalhão da Polícia Militar (1º BPM), cujas atividades de policiamento são circunscritas à área compreendida entre o Morro do Mocotó e o Centro Integrado de Cultura (CIC), uma espécie de centro expandido de Florianópolis. A sede do 1º BPM fica nas proximidades da estação rodoviária, mas há três guaritas de apoio às viaturas, entre elas a da Praça XV de Novembro. A atividade regular de F. é fazer rondas em viatura com intervalos entre os trajetos.

Ao longo de cerca de duas horas, dois parceiros de viatura de F. se tornarão interlocutores mais constantes, mas também haverá breves contatos com policiais outros. A conversa será interrompida várias vezes pela demanda de serviços.

Um casal pergunta onde fica o prédio do Tribunal Regional Eleitoral. Um funcionário de empresa prestadora de serviços de cabeamento quer saber se pode estacionar um caminhão sobre a área de pedestre da Praça XV de Novembro enquanto realiza serviços para o Banco do Brasil. *“Policial tem que saber de tudo, só entrando você entende”*. Com algumas variações, todos os policiais enunciaram ou concordaram com a afirmação de F.

Um artefato eletrônico institucional informa colisão de veículos em área de abrangência do 1º BPM, mas não reclama deslocamento de meus interlocutores. Uma pane mecânica na rua precisa de um empurrão de F. para desobstruir o tráfego de veículos. *“Todo dia tem coisa nova, um dia nunca é igual ao outro”*. Além desse, há diversos outros pontos de concordância nos comentários feitos por policiais. *“Todo policial é policial 24 horas por dia”* é reconhecido como o maior clichê dentro da corporação.

Todos os policiais ouvidos são críticos da forma como seu trabalho é noticiado pela imprensa no que diz respeito à violência policial. Nas redes sociais, criticam o que chamam de *“especialistas de Facebook”*: pessoas leigas

e sem experiência a pontificar sobre técnicas de policiamento e a criticar seu trabalho. Reclamam contexto para cada uma de suas abordagens. “*Não sabem o que aconteceu antes para o policial estar ali*”.

Um jovem com cerca de 20 anos e camisa de um clube de futebol gaúcho quer saber onde fica o cartório mais próximo. “*Aqui não atendemos gremistas*”, responde F., arrancando sorriso do rapaz, que imediatamente entendeu tratar-se de galhofa do policial. O tom da conversa muda quando chega uma senhora negra de cerca de 60 anos. Ela diz ser moradora do bairro Campeche e está preocupada com um carro que foi estacionado em sua rua. Os vizinhos não sabem a quem pertence o carro, que está mais empoeirado a cada dia e perturba sua sensação de segurança. Ela trouxe a placa anotada. Mais de um policial consulta o sistema. Eles informam ser um carro de São Paulo, mas sem registro de ocorrência por furto, roubo ou com participação conhecida em atividade criminosa. A senhora é orientada a procurar o batalhão da Polícia Militar de seu bairro para informá-los do caso e provocar uma inspeção do veículo no local. “*Pode ser apenas um carro sem condição de tráfego*”, contemporiza um policial.

Interesso-me pelas pessoas que procuram policiais. Haveria um tipo específico que vai até policiais para comentar evento estranho, apontar pessoa suspeita, ou denunciar atividade criminosa? O cidadão não deve ser confundido com o cidadão, “*Já que a urbanidade não conduz a priori a práticas de cidadania*”. (FRÚGOLI JÚNIOR, 2007, p. 7)

“*Qualquer um procura policial, até criança*”, diz F. Todos os outros policiais que participam da conversa concordam. Menos, ressalva um deles, nas denúncias sobre tráfico de drogas, apontadas como mais peculiares. Os policiais dizem que informes dessa natureza podem ser feitos até como estratégia entre concorrentes. Isto é, um traficante pode tentar fazer uso da força policial para enfraquecer seus rivais no comércio da droga e ganhar mercado.

Ao contrário da ausência de tipo específico para o informante casual, todos os policiais desenham um perfil muito bem delineado para o que eles consideram *suspeito*: é homem, é jovem, é pobre, não necessariamente é negro. Tem trejeitos e linguajar reconhecidos. “*Usa bonezinho de aba reta, óculos espelhados*”, pode ter bigode ralo e tatuagem. “*É preconceito? É. O problema é*

que se confirma em 90% dos casos”. B. (letra inicial), outro policial, tem tatuagem no antebraço, visível sob o uniforme de mangas curtas. Todos riem da situação. “É verdade, existe preconceito, eu sinto isso dentro da própria corporação. Quando eu fiz a minha tatuagem, eu já sabia [do preconceito]”.

A percepção dos policiais sobre o tipo *suspeito* trabalha com estereótipos, mas pode ser verificada em outros termos. No Brasil, dados quantitativos sobre indicadores de criminalidade entre 2005 e 2015 foram compilados por Daniel Cerqueira *et al* (2017) no *Atlas da Violência*. Os números trazem comparativos estatísticos de cidades brasileiras com mais de 100 mil habitantes, onde estão concentradas mortes violentas. E é em certo recorte masculino da população jovem – ou o tipo *suspeito* de que falava o policial - que os números de homicídios chegam a registros alarmantes.

Um dado emblemático que bem caracteriza a questão é a participação do homicídio como causa de mortalidade da juventude masculina, 15 a 29 anos, que em 2015 correspondeu a 47,8% do total de óbitos. Se considerarmos apenas os homens entre 15 a 19 anos, esse indicador atinge a incrível marca dos 53,8%. (CERQUEIRA *et al*, 2017, p. 8)

É muito tentador fazer a associação automática entre a falta de segurança e a falha do policiamento, entre crime e violência, o que nem sempre se revela acertado. Especialmente para a Antropologia Urbana, a questão da segurança é bem mais ampla do que apenas o crime ou a violência física. Mas não está errado pensar que mortes violentas estão sob o abrigo de um guarda-chuva maior, ao qual chamamos aqui de segurança.

Mesmo nos recortes criminais, algumas diferenças são evidentes. É simples notar que nem todo crime emprega métodos violentos: aqueles que lesionam, estupram ou, no limite, matam.

Nesse sentido, os chamados crimes de "colarinho branco" são exemplos notáveis. Em geral, são cometidos por pessoas *insuspeitas*, de nível social mais alto, e podem adotar métodos sofisticadíssimos de corrupção de governos e empresas. Nem sempre seus autores são rotulados como pessoas perigosas pelo senso comum, isto é, capazes de cometer violência física. Evidentemente, não

se quer com isso dizer que criminosos de “colarinho branco” não causam danos reais a uma enormidade de pessoas.

Também a lei brasileira tipifica de modo diverso crimes que empregam violência física. O furto difere do roubo, conforme disposição do Código Penal¹⁰, de 1940, justamente porque o primeiro não emprega violência contra a vítima, enquanto o segundo sempre embute algum tipo de coação física. Como sabemos, o senso comum trata a todos que cometem furtos e roubos como ladrões, personagens emblemáticos do Direito Penal praticado no Brasil: *“quando o cara não tem mais jeito, ele fez uma merda”*.

Mas há conexões relevantes entre crimes com e sem emprego de violência. De acordo com informações do Ministério da Justiça, publicadas em 2016, o crime de tráfico de drogas é responsável isolado por 28% dos condenados no Brasil – somadas as condenações por tráfico, roubo, furto e homicídio, chega-se a impressionantes 76% do total da quarta maior população carcerária do planeta¹¹.

O ato de traficar drogas, em si, não é violento. Não há violência ao transportar 450 quilos de cocaína em um helicóptero particular¹². O crime de tráfico pode ser a troca de pequena quantia de dinheiro por um cigarro de maconha, mas mesmo essa negociação prosaica é extremamente malvista pela opinião pública – e reprimida pelas forças policiais. De acordo com pesquisa realizada pelo instituto Ibope, em 2014, 79% dos brasileiros são contrários à legalização da maconha¹³. A lei brasileira tipifica o tráfico de drogas como crime hediondo, determinando o agravamento de penas, que devem ser cumpridas em regime fechado.

¹⁰ Decreto-lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940: o furto é crime previsto no artigo 155; o roubo está tipificado no artigo 157. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/De12848compilado.htm. Acesso em 05/07/2017.

¹¹ “Sobre a natureza dos crimes pelos quais estavam presos, 28% dos detentos respondiam ou foram condenados por crime de tráfico de drogas, 25% por roubo, 13% por furto e 10% por homicídio”. Disponível em <http://www.justica.gov.br/noticias/populacao-carceraria-brasileira-chega-a-mais-de-622-mil-detentos>. Acesso em 05/07/2017.

¹² BALZA, Guilherme. Notícia publicada pelo portal eletrônico UOL em 25/11/2013. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2013/11/25/pf-apreende-450-kg-de-cocaina-em-helicoptero-da-familia-perrella.htm>. Acesso em 05/07/2017.

¹³ Notícia publicada pelo portal eletrônico G1 em 03/09/2014. Disponível em <http://g1.globo.com/politica/eleicoes/2014/noticia/2014/09/maioria-e-contra-legalizar-maconha-aborto-e-casamento-gay-diz-ibope.html>. Acesso em 05/07/2017.

O tráfico de drogas tem hierarquias várias. Pode plantar denúncia contra rivais ou se articular com segmento corrupto policial. Nos estratos mais baixos do varejo, recruta crianças e adolescentes e pode atuar de modo violento contra (ou em associação com) policiais. O tráfico também mantém reféns moradores de regiões carentes ou periféricas das cidades e, não raras vezes, exhibe demonstrações de extrema violência. Tais questões fazem parte da pesquisa da antropóloga Alba Zaluar (2004) na Cidade de Deus, bairro do Rio de Janeiro, em artigo originalmente publicado em 1994.

Nessa confusão criada pelos preconceitos dos agentes policiais, jovens (trabalhadores, estudantes ou bandidos) pobres passam a ser o outro lado indiscriminado dessa guerra sem tréguas que pretende livrar-nos do mal (...). Mas convém não minimizar o estrago ou o mal provocado pelos novos bandidos do tráfico. No setor que particularmente nos interessa – os jovens das classes populares, “evadidos” da escola e facilmente recrutáveis para morrer nas disputas infundáveis entre quadrilhas e entre elas e a polícia – disseminou-se a ideologia da chefia truculenta. (ZALUAR, 2004, p. 49-50)

Em entrevista concedida em 2004, o também antropólogo Luiz Eduardo Soares discorreu sobre o perfil de vítimas do pior tipo de violência, o homicídio: são jovens do sexo masculino, em geral pobres, frequentemente negros.

Todos falam da violência, da criminalidade, como um fenômeno que atinge a todos, e de fato atinge a todos, independentemente de classe, gênero etc. Mas a violência letal, que é a mais grave, ela não é assim. Ela tem endereço, a vítima tem cor de pele, tem classe social, então é dramático. Já atinge níveis que podemos caracterizar como genocídio, há impacto na estrutura demográfica, um lapso, um déficit de jovens do sexo masculino (...). Além dessa tragédia, dessa perda de vida humana, e vida humana jovem, nós temos comunidades que estão sujeitas a um poder despótico de grupos criminosos, ou de segmentos corrompidos da polícia.¹⁴

Conforme já mencionado, o tema da segurança para a Antropologia Urbana é mais amplo, ou abordado também por outras perspectivas. No início do século XX, Simmel (2005) já traçava as diferenças entre a cidade e áreas

¹⁴ Entrevista concedida ao autor no primeiro semestre de 2004. O trecho destacado foi recuperado da íntegra da transcrição de áudio.

com menor densidade demográfica, anotando a condição de anonimato proporcionado nas áreas urbanas.

Numa pequena comunidade, onde todos se conhecem, as relações embutem mais segurança (BAUMAN, 2003). Se estou doente, se tropeço, se me atrapalho dentro da igreja ou de uma agência bancária, é mais provável que pessoas desse grupamento menor venham em meu socorro, em meu apoio, em meu auxílio. Isso é segurança em sentido mais amplo – e não somente situações de violência física ou crime.

Os demais moradores sabem quem sou, onde moro, se tenho familiares e talvez até saibam se o que me acomete naquele momento é isolado ou recorrente. Ainda conforme Zygmunt Bauman (2003), a chave para melhor entendimento da segurança proporcionada pela comunidade seria característica outra, não exatamente oposta, a de liberdade.

Afinal, se sabem quem sou, onde moro e se tenho familiares, o cuidado dispensado em meu momento de dificuldade transmuta-se em reprimenda social se minha conduta dentro da igreja ou da agência bancária fere convenções tacitamente pactuadas. A vigília que assiste o doente passa a ser vigilância de comportamentos na comunidade.

Na cidade, ora entendida como o fenômeno urbano e com grupo mais populoso que o da comunidade, nem todos se conhecem. Logo, a impessoalidade e o anonimato são franqueadores de mais liberdade. Se não sabem quem sou, onde moro, se tenho familiares, logo a vigilância sobre meu comportamento é menor. Se, por um lado, a sociedade urbana experimenta mais liberdade, por outro tem menos segurança.

A “comunidade realmente existente”, se nos achássemos a seu alcance, exigiria rigorosa obediência em troca dos serviços que presta ou promete prestar. Você quer segurança? Abra mão da liberdade, ou pelo menos de boa parte dela (...) A segurança e a liberdade são dois valores igualmente preciosos e desejados que podem ser bem ou mal equilibrados, mas nunca inteiramente ajustados e sem atritos. (BAUMAN, 2003, p.10)

A cidade, promotora do anonimato, todavia pode ser diferente para o policial em serviço. Uniformizado, ele é reconhecido “até por uma criança”. Seu

nome está aplicado sobre o bolso da camisa, ele é pessoalmente identificado, além de ser *“policia! 24 horas por dia”*. O policial desenvolve atividade de risco e tem dever de atuar em circunstâncias perigosas. Sua conduta, em alguma medida, é rastreável. Sua reputação pode ser posta sob escrutínio pelas trombetas dos *“especialistas de Facebook”*.

Durante a abordagem de meus interlocutores, não menciono nenhuma notícia de violência policial. Não porque elas não existem, mas porque calculei antes e decidi ali não fazer inquirição dessa natureza. São os policiais que, em vários momentos, recuperam o tema para assinalar crítica. Todos concordam que a exposição constante a níveis variados de violência pode interferir em suas reações, inclusive na medida do uso de força, e também repercute em suas condutas pessoais. *“Se vou a um restaurante, procuro a mesa mais próxima da porta e me sento de frente”*.

Essa grande exposição pessoal, incluído o risco inerente a uma profissão perigosa, faz supor reconhecimento e prestígio social – e não críticas em relação ao seu trabalho. *“Não somos incendiários. Ao contrário. O objetivo de um policial em qualquer ocorrência é não deixar a temperatura subir”*. Ao compartilhar suas rotinas e até as repercussões familiares de sua escolha profissional, os policiais também querem saber *“o que a Antropologia Urbana estuda”* e por que eu os havia escolhido como interlocutores. Parecem satisfeitos, ou positivamente surpreendidos, em falar a alguém interessado em ouvi-los.

As ocorrências mais comuns registradas na área de abrangência do 1º BPM são furto, roubo, tráfico e perturbação da ordem. Muitas delas envolvem moradores de rua. *“A gente perde a ingenuidade. A pessoa fala que não fez nada de errado, conta a maior história, mas apresenta até documento falso do irmão. Ou então tem imagens gravadas que mostram ela fazendo o que ela diz que não fez”*.

Há ainda, entre as ocorrências, os casos insólitos, como um furto dirigido à seção de roupas íntimas femininas de uma grande loja de departamentos. O roubo a uma joalheria foi evento mais perigoso. Houve um homicídio no Mercado Público dias atrás, uma execução sumária em plena luz do dia.

Os registros com viés psiquiátrico também acontecem. Os policiais devem prestar apoio a serviços de saúde, incluído o SAMU (Serviço de Atendimento Médico de Urgência). *“Hoje mesmo tinha um dentro da igreja pouco antes de você chegar”*. Explicam que um homem foi até a guarita da Polícia Militar e fez uma reclamação. Pergunto o que houve, mas não informo aos policiais que eu havia acompanhado aquela ocorrência à distância. Eles se referem a V., o homem que abordei no banco. Conforme a reclamação recebida pelos policiais, ele estaria *“incomodando dentro da igreja, tentando tirar a roupa”*. Os policiais disseram não ter dele nenhum registro. *“Não fez nada de errado, não cometeu um crime. Nem pode falar que era perturbação da ordem, porque ele não tirou a roupa”*. V. não era conhecido dos policiais. *“Tem um que tira a roupa mesmo, a gente já sabe quem é. Mas esse estava dentro da igreja incomodando, a gente tirou ele de lá e liberou logo em seguida. O negócio é medir a temperatura e não deixar subir”*.

O diálogo de estudantes, o balé de garçons, a performance da artista de rua, a abordagem policial, o receio da professora de ir à praça aos domingos, o homem na agência bancária, a fila no caixa eletrônico, a mãe que deixa o filho brincar na praça e a narrativa em primeira pessoa do observador constituem um mosaico apenas aparentemente ininteligível do fenômeno urbano. Os atores sociais são personagens transitórios, modelados pela cidade em sua organização geral e nos processos particulares de associação. Colocá-los na perspectiva de categorias, assinalando aspectos como conveniência, reserva, anonimato e segurança, é o caminho percorrido para pretender a análise de sociedades complexas.

Referências

- BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro, Zahar, 2003.
- BENTHAM, Jeremy *et al.* **O Panóptico**. Belo Horizonte, Autêntica, 2008.
- CERQUEIRA, Daniel *et al.* **Atlas da Violência**. Rio de Janeiro, Ipea/FBSP, 2017. Disponível em https://www.ipea.gov.br/portal/images/170602_atlas_da_violencia_2017.pdf. Acesso em 05/07/2017.
- CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A conveniência**. In: A invenção do cotidiano; 2. Morar, cozinhar. Petrópolis: Vozes, 2003 (p. 46-69).
- FRÚGOLI JÚNIOR, Heitor. **Sociabilidade Urbana**. Rio de Janeiro, Zahar, 2007.
- GEERTZ, Clifford. **Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura**. In: A interpretação das culturas. Rio de Janeiro, Zahar, 1978 (p. 13-45).
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. **A Rua Quinze, de praça a praça: um exercício antropológico**. São Paulo, USP, 1992. Disponível em http://nau.fflch.usp.br/sites/nau.fflch.usp.br/files/upload/paginas/rua_quinze.pdf. Acesso em 5/07/2017.
- SIMMEL, Georg (1903). **As grandes cidades e a vida do espírito**. In: Mana, 11 (2), Rio de Janeiro, Museu Nacional/UFRJ, 2005 (pp. 577-591).
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever**. In: Revista de Antropologia, 39 (1), São Paulo, USP, 1996 (p. 13-37). Disponível em <http://www.revistas.usp.br/ra/article/viewFile/111579/109656>. Acesso em 05/07/2017.
- VELHO, Gilberto. **Unidade e fragmentação em sociedades complexas**. In: Simmel e modernidade – org. Jessé Souza e Berthold. Brasília, UnB, 2005 (p. 249-267).
- ZALUAR, Alba. **Crime e diabo na terra de Deus**. In: Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas. Rio de Janeiro, FGV, 2004 (p. 37-56).